



SEGURANÇA PÚBLICA

PM paulista obrigada a usar câmeras corporais

Ordem é do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que apontou “falhas reiteradas” da polícia na utilização do equipamento

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, determinou, ontem, a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais por policiais militares do estado de São Paulo. A decisão é uma resposta à escalada de casos de violência policial registrados nos últimos meses. Na semana passada, em mais um caso de repercussão nacional, um PM foi flagrado em uma gravação de vídeo jogando um homem de uma ponte, na Zona Sul da capital paulista.

Na decisão, Barroso ainda determinou a divulgação de dados no portal da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo; a recomposição do número total de câmeras para o mínimo de 10.125 unidades em operação; a gravação ininterrupta das operações até que seja comprovada a efetividade do sistema de acionamento remoto (automático e intencional); o fornecimento de informações sobre os processos disciplinares por descumprimento do uso das câmeras corporais; e a apresentação mensal de relatórios pelo governo do estado sobre os resultados das medidas. A deliberação atende a um pedido feito pela Defensoria Pública de São Paulo.

Para Barroso, “os fatos novos relatados apontam para o não cumprimento satisfatório dos compromissos assumidos pelo estado de São Paulo quanto à efetivação da política pública de uso de câmeras corporais pela polícia”. Barroso destacou o aumento de 46% nas mortes por intervenções policiais em 2024, em comparação com 2023, e citou “diversos episódios de violência policial contra pessoas que não ofereciam risco ou resistência”.

Além disso, o ministro também apontou “falhas reiteradas no uso das câmeras em operações, ausência de informações públicas sobre a política e limitações técnicas das novas câmeras contratadas, com funcionalidades

ESTADÃO CONTEÚDO



Manifestantes se reúnem na Praça da Sé, no centro de São Paulo, para protestar contra a violência policial: são 673 mortos de janeiro a novembro



Os fatos novos relatados apontam para o não cumprimento satisfatório dos compromissos assumidos pelo estado de São Paulo quanto à efetivação da política pública de uso de câmeras corporais pela polícia

Luís Roberto Barroso,
presidente do STF

incompletas para acionamento remoto automático e riscos de falhas operacionais, conforme reconhecido pelo próprio Estado”.

Ontem, carregando cruzes brancas, manifestantes ligados a movimentos sociais fizeram, na Praça da Sé (região central), um protesto contra a violência policial em São Paulo.

Transparência

Segundo o presidente do Instituto de Criminalística e Ciências Policiais da América Latina, professor José Ricardo Bandeira, as câmeras corporais proporcionam um registro objetivo das interações entre agentes e cidadãos, o que aumenta a transparência das ações policiais e reduz a possibilidade de abusos, além de proteger os policiais de falsas acusações,

fornecendo evidências de que agiram de acordo com os protocolos.

“As câmeras corporais se mostram uma ferramenta cada vez mais importante para a modernização e o aprimoramento das forças policiais em todo o mundo, porém, o estado de São Paulo tem adotado com resistência o uso desse equipamento”, avalia Bandeira.

Ele argumenta que o uso de câmeras também ajuda a melhorar a relação entre a sociedade e a polícia. “A experiência das corporações que já implementaram o uso de câmeras demonstra que essa ferramenta pode contribuir significativamente para a melhoria da segurança pública e para a construção de uma relação mais próxima e confiante entre a polícia e a comunidade”, explica.

“No entanto, o controle das filmagens das câmeras corporais é

um ponto crucial e exige a criação de protocolos claros e transparentes. As gravações devem ser armazenadas de forma segura e por um período determinado por lei. Além de que a divulgação das imagens deve ser feita de forma criteriosa, evitando a exposição indevida de pessoas inocentes”, ressalva o professor.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), vinha se posicionando contra o uso intensivo do equipamento, mas, com a repercussão dos casos de violência policial, mudou de posição. Disse que teve “visão equivocada” em relação às câmeras. “Hoje, eu estou absolutamente convencido que é um instrumento de proteção da sociedade, do policial e nós vamos não só manter o programa, mas ampliar o programa.”

Agressores são identificados

» IAGO MAC CORD*

Três policiais militares envolvidos no caso em que uma mulher levou um soco no rosto, em 21 de outubro, em Campinas, foram identificados e afastados do trabalho. Nas imagens de câmeras de segurança, é possível ver os três agentes cercando a mulher. Em entrevista à EPTV, a vítima — que não quis ter o nome divulgado — afirmou que a abordagem começou com a agressividade policial. Ela disse que questionou o motivo da voz de prisão, e o policial respondeu: “A senhora fica quieta ou eu vou quebrar sua cara”.

Em seguida, a mulher recebe um soco no rosto e cai desmaiada. Ainda segundo ela, quando os vizinhos falaram para acionar o Samu, os PMs não permitiram e a levaram para o pronto-socorro, onde ela não teve acesso aos exames, e, em seguida, foi levada pelos mesmos agentes para a delegacia.

Um mês e meio depois desse caso, no domingo passado, em Campo Grande, na Zona Sul paulista, um motorista de aplicativo de 25 anos foi abordado por dois PMs, que pisaram na cabeça dele. Em nota da corporação enviada ao **Correio**, o homem teria avançado um sinal vermelho e, após ignorar a ordem de parada, os policiais iniciaram a perseguição. Quando parou e desceu do carro, ainda segundo a nota, teria resistido à prisão e proferido injúrias racistas contra eles, chamando um dos policiais de “macaco”.

“A Polícia Militar analisa as imagens e apura todas as circunstâncias da abordagem. O teste do bafômetro confirmou o consumo de álcool. O delegado de plantão determinou que o indiciado fosse levado ao pronto-socorro para atendimento e ao IML para exames”, completou a PM.

Na mesma noite, na região central da capital paulista, um PM de folga matou com dois tiros um jovem identificado como Alisson Ricardo Rosa, 31 anos. Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do estado, o “policial militar de folga estava em frente a uma casa noturna, quando um homem apontou uma possível arma em direção a algumas pessoas”. Há a suspeita de que o policial estava fazendo “bico” como segurança particular, o que é proibido pela Lei Orgânica da Polícia. Testemunhas que estavam no local afirmam que o policial, identificado como Diego Ferreira Pinto de Souza, não deu voz de prisão, apenas abriu fogo contra Alisson, que não resistiu.

Desde o início do ano passado, segundo a SSP-SP, “mais de 280 policiais foram demitidos e expulsos, enquanto um total de 414 agentes foram presos”. Dados do Ministério Público do estado mostram que, de janeiro a 17 de novembro deste ano, policiais militares mataram 673 pessoas em SP. Do total, 577 foram mortos por PMs em serviço e 96 por agentes de folga.

*Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria

Mais um dia de tiros e mortes na rotina do carioca

» JULIANA SOUSA*

As principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro — Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha — amanheceram parcialmente interditadas, na manhã de ontem, por causa de mais uma operação policial de grande porte no complexo de favelas da Maré, na Zona Norte. Duas pessoas morreram nos confrontos e seis ficaram feridas.

A ação, liderada pela Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA), teve como objetivo cumprir 30 mandados de prisão contra integrantes da facção criminosa Comando Vermelho (CV). Até o meio da tarde, sete pessoas tinham sido presas e um vasto material bélico foi apreendido, incluindo três fuzis, uma pistola e uma granada. Ao menos 10 veículos roubados foram recuperados pelas autoridades.

De acordo com a Polícia Civil, os criminosos estão diretamente ligados ao planejamento e à execução de roubos de veículos e cargas na cidade. O lucro seria usado para abastecer

a chamada “caixinha” da facção, um fundo que financia a compra de armamento, munição e ainda garante o pagamento de benefícios, como uma espécie de mesada, para parentes de integrantes presos e de líderes da organização.

“A operação foi escalada pela Polícia Civil, em mais uma etapa da Operação Torneio, que soma mais de 250 presos. A gente atuou, hoje, no Complexo da Maré, que é também um braço operacional e logístico que fomenta todo esse roubo de carga e automóveis no Rio de Janeiro. Já são três presos, um deles, um dos grandes roubadores da região, responsável por corte de veículos e remessa de peças para outros estados” informou o delegado André Neves, diretor do Departamento-Geral de Polícia Especializada, em entrevista à TV Globo.

A operação causou reflexos significativos no trânsito das principais vias da capital, provocando engarrafamentos que travaram o trânsito da região central ao longo de toda a manhã. O Centro de Operações Rio (COR) informou que trechos da

Tomaz Silva/Agência Brasil



Operação policial na Maré deixa dois mortos e fecha as principais vias expressas da capital fluminense

Linha Amarela foram interditados em ambos sentidos. Na Linha Vermelha, um carro foi incendiado na altura do Complexo da Maré. Alunos de 44 escolas da região ficaram sem aulas, e quatro clínicas interromperam o funcionamento na manhã de ontem.

Operação Torneio

Deflagrada no dia 3 de dezembro, a última fase da operação mobilizou 900 policiais, além de agentes da Polícia Civil, Polícia Militar e do Ministério Público do Rio de Janeiro. Apesar do aparato, a ação deixou um rastro de

violência que atingiu até mesmo inocentes. Durante os tiroteios registrados, pelo menos seis pessoas ficaram feridas, incluindo uma jovem de 22 anos atingida nas costas enquanto aguardava o ônibus. Submetida a uma cirurgia de emergência, seu estado de saúde era grave até a última atualização.